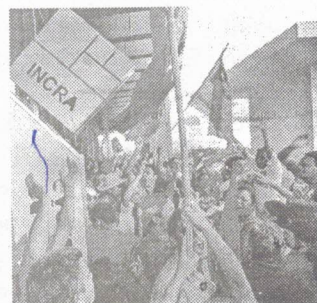


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XV - Nº 291 - DE 29 DE NOVEMBRO A 13 DE DEZEMBRO DE 2004 - R\$ 1,50

## O governo do PT/Lula enfrenta as massas para impor suas reformas neoliberais



**Fazendeiro ataca acampamento e assassina 5 sem-terra**



**Balanco do Congresso da Apeoesp**

**Manifesto contra a Reforma Universitária do Governo do PT/Lula**

**Tropas do PT/Lula para reprimir movimentos sociais já agem no ES**



**Imperialismo se intromete na Ucrânia: Que os ucranianos resolvam seus conflitos, construam seu partido revolucionário e acabem com a opressão nacional**



**Morte de Arafat agravará ainda mais conflitos no Oriente Médio**

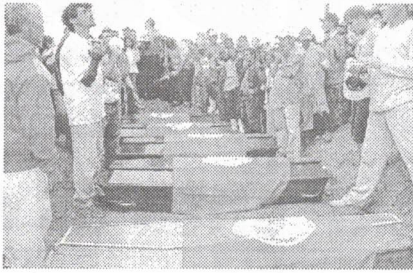
**Imperialismo massacra Faluja (Iraque)**

**Mais sobre a revolta estudantil na UTO (Oruro, Bolívia)**

## Denúncias

### Ataque de fazendeiros mata 5 sem-terra em MG

Um ataque criminoso matou a bala cinco integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e feriu outros 13, além de destruir várias barracas com fogo no último dia 21/11, no acampamento Terra



Prometida, em Felisburgo (região do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais). Cerca de 15 homens encapuzados invadiram o acampamento, atirando e ateando fogo em barracas. O fazendeiro Adriano Chafik Lued foi apontado como o chefe do ataque.

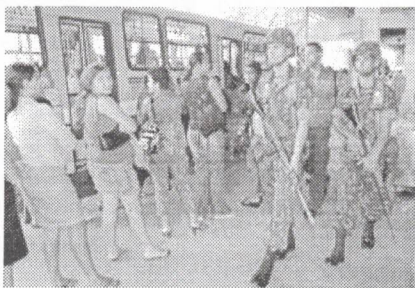
A fazenda, que fica a 22 km da centro do município, foi ocupada em maio de 2002 pelo MST. Cerca de 200 sem-terra vivem no local. A área, que tem cerca de 2 mil hectares, é composta de terras devolutas, foi vistoriada pelo Incra e seria utilizada para assentamento dos sem-terra.

Os sem-terra vinham sendo ameaçados há meses pelos fazendeiros da região. O ataque covarde a um acampamento de dois anos mostra a disposição dos latifundiários em reprimir os sem-terra. A preparação do massacre pelo fazendeiro foi feita às claras: contratou capangas, preparou acomodações, adquiriu munição.

A burguesia vem fazendo uma campanha, com grande ajuda da imprensa, para que o governo reprima os sem-terra. Ao mesmo tempo, os latifundiários se armam e agem por conta própria. Os sem-terra têm de organizar a autodefesa contra as ataques dos fazendeiros e caminhar para a aliança com a classe operária, para que o movimento derrote os capitalistas e julgue e puna os criminosos de classe.

### Polícia repressiva especial do governo do PT/Lula já atua

A capital do Espírito Santo, Vitória, foi palco de ataques a 10 ônibus, que foram queimados. O governo atribui os ataques a ação de narcotraficantes. Há indícios de uma ação coletiva de protesto de estudantes.



Para reprimir os ataques, o governador chamou tropas do exército e aterrorizou a população, intimidando-a a ficar em casa após às 22 horas. A seguir, pediu ao governo o uso das tropas da Força Especial recém criada pelo governo do PT/Lula.

Já havíamos denunciado a criação desse destacamento federal especializado em repressão para uso nas cidades. Nos úl-

timos meses, o governo vinha treinando essas tropas e agora as utiliza pela primeira vez na cidade de Vitória.

O governo do PT/Lula mostra mais uma vez seu caráter burguês e que o Estado é instrumento para preservar a ditadura de classe dos exploradores contra os explorados. A criação e uso de uma tropa federal especializada em conflitos sociais é prova disso.

### Ucrânia: burocracia e imperialismo disputam vitória nas eleições

As recentes eleições presidenciais da Ucrânia deram lugar à maior crise desde sua separação da ex-URSS. O candidato governista Yanukovich (ligado ao governo de Moscou) teve 49,46% dos votos, e o opositorista Yushchenko (pró-imperialista) teve 46,61%. Há inúmeras denúncias de fraudes pelo país. Manifestações de centenas de milhares de pessoas têm exigido que o tribunal eleitoral declare a vitória do candidato opositorista. O governo norte-americano tem insistido em que não aceita o resultado das eleições. Uma manifestação de mineiros e depois outra de cerca de 150 mil pessoas no leste do país reivindicam a manutenção do resultado eleitoral e posse do candidato governista. A oposição ameaça uma greve geral no país. Os pró-governistas ameaçam dividir o país se a oposição assumir o governo.



A restauração capitalista levou o país a uma profunda divisão. De um lado, o governo manipulado pela burocracia de Moscou e que mantém a opressão nacional da Rússia sobre a Ucrânia; de outro, as pressões do imperialismo norte-americano e europeu para tornar a Ucrânia em semicolônia a ser repartida entre as potências.

As massas da classe média e estudantes têm sido arrastados a apoiarem o representante do imperialismo contra a ditadura pró-Moscou. Enchem as ruas e reivindicam a posse do opositor Yushchenko, serviçal do imperialismo. Setores do proletariado, como os mineiros de carvão, rejeitam a intervenção externa imperialista sobre o país e reivindicam a manutenção do governo atual. Sem terem seu partido revolucionário, atuam confusamente contra o imperialismo, reivindicam a volta da URSS, mas não combatem a burocracia restauracionista do capitalismo de Moscou.

O proletariado ucraniano tem pela frente a tarefa de reconstruir o partido de Lênin e Trotsky, deformado e destruído pela burocracia estalinista, para reestabelecer o governo operário baseado na democracia operária, e o regime de transição ao socialismo. Neste momento, a primeira tarefa é rejeitar qualquer ingerência externa na Ucrânia. Que os ucranianos resolvam por si mesmos seus conflitos. Fora com a ingerência imperialista nas eleições.

## O mercado mundial põe um freio ao crescimento apoiado nas exportações

No mês de outubro, registrou-se uma virada no crescimento da indústria brasileira, depois de vários meses com índices positivos. Tudo indica que se trata de uma manifestação de fatores ligados à impossibilidade de preservar o crescimento do agronegócio exportador no ritmo em que vinha se dando. E não apenas pelas limitações da rede de distribuição e estoques de mercadorias, ou do estrangulamento dos portos sucateados. A queda dos preços de alimentos no mercado internacional expressa sua saturação. Os investidores brasileiros não encontram razões para investir em ampliação de redes de distribuição e armazenagem, ou na ampliação de portos, diante das expectativas negativas vindas do exterior.

O crescimento da economia brasileira vinha se apoiando principalmente nas exportações, que neste ano superaram os 80 bilhões de dólares, com saldo comercial de mais de 20 bilhões. Os setores ligados ao agronegócio prosperavam, com a venda de tratores, insumos e tecnologia. Ao lado do agronegócio, vinham crescendo o setor automotivo e o têxtil, que ainda não deram sinais de recuo. Mas devem sentir as conseqüências da elevação sucessiva das taxas de juros, que seguem as tendências de alta das taxas norte-americanas.

Esse entrave tem levado o governo do PT/Lula a acelerar a aprovação das PPPs, parcerias público-privadas, que são um mecanismo de atração de investimento capitalista subsidiado pelo governo. E não só isso.

O resultado das eleições municipais, que projetaram o PSDB como pólo de oposição ao atual governo, motivou mudanças ministeriais a fim de reforçar a aliança com os partidos da base aliada, ou seja, de atrair e vincular com mais força frações da burguesia. A saída do economista Lessa do BNDES é

expressão dessa tentativa: ao mudar a direção do BNDES, o governo pretende favorecer mais e de forma mais rápida os grupos ligados à base de sustentação do governo. O presidente da Abimaq mostrou descontentamento com a mudança, expressando a divergência com a política monetária e a falta de apoio à indústria voltada ao mercado interno.

O governo do PT/Lula tem pela frente a obrigação de sustentar um crescimento limitado e circunstancial ao mesmo tempo em que tem de preservar a política monetária imposta pelo capital financeiro, que é recessiva. Seu fracasso poderá acirrar a crise política no país ao mesmo tempo em que se desenhará sua insolvência em relação ao endividamento. É diante dessas perspectivas que se degladiam as frações burguesas: parte do poder econômico busca preservar o atual governo como elemento de governabilidade; parte julga que tem de construir uma alternativa saída de dentro dos partidos burgueses, de forma a garantir os interesses dos exploradores diante da explosão da crise de inadimplência.

Os explorados sofrem as conseqüências de não terem seu partido revolucionário e com ele a independência de classe. As organizações de massa estão nas mãos dos partidos e correntes vinculados ao governo ou aos partidos patronais, e procuram arrastar os explorados a seguirem as frações burguesas em choque.

A luta pelas reivindicações mais sentidas das massas colocam a necessidade de choque contra o governo e as frações patronais. As tendências da crise econômica e política favorecem o desenvolvimento das lutas. Os revolucionários têm de agir para impulsioná-las no sentido da independência de classe.

## Fracassa o reformismo, que se transforma em pró-imperialista

Quase para completar dois anos, o governo do PT/Lula não atendeu nenhuma promessa de campanha à população. Mas tem cumprido o prometido na Carta aos Brasileiros, ou seja, manter os contratos e acordos com o grande capital. Os credores internacionais continuam ditando as diretrizes das reformas antinacionais e antipopulares. Reforçam o controle sobre a política monetária, centralizam as principais ações do Banco Central e monitoram o superávit primário. O orçamento do Estado permanece sob o crivo do FMI/ BIRD.

A burguesia nacional, dividida em frações, abertamente subservientes ao imperialismo ou mais voltadas aos interesses regionais, dificulta a centralização e provoca fricções nas esferas governamentais. O governo Lula está obrigado a negociar cargos, recursos financeiros, presidências no Congresso, relatórios etc na tentativa de disciplinar as frações burguesas e atrair o maior número possível dos partidos oficiais na sustentação de sua governabilidade. O PSDB, que permaneceu oito anos no poder do Estado, que entregou o patrimônio nacional ao capital estrangeiro por meio das privatizações e que desfechou bru-

tal ataque sobre a maioria trabalhadora com as reformas neoliberais, comparece como fração do capital que se opõe ao governo do PT.

Controlado por cima pelo imperialismo e por baixo pela burguesia nacional, Lula não consegue dar um passo em favor das massas e sequer pôr em prática a promessa de 10 milhões de empregos, fim da fome e reforma agrária. Ao contrário, governa contra a maioria explorada.

### Mantida a superexploração do trabalho

São milhões de trabalhadores que recebem menos de um até três salários mínimos. Outros milhões de aposentados sobrevivem à mingua com o salário mínimo. A promessa de governo era dobrar em quatro anos de mandato o poder de compra do salário mínimo. O salário aumentou em vinte reais, de R\$240,00 para R\$260,00.

Os argumentos do PT/Lula sobre o reajuste do salário mínimo são iguais a qualquer governo que administra o Estado bur-

guês: a elevação do mínimo quebra a economia e a Previdência.

A orientação do FMI/Banco Mundial é a de que o governo tem de ajustar o mínimo de acordo com a inflação do período. Ou seja, nada de reposição ou de “eivar o poder de compra do salário mínimo”.

O governo do PT, pensando num possível desgaste frente ao novo valor do salário mínimo para 2005, já formula critérios para sua correção. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) diz que o piso do reajuste deverá ser a soma da inflação e o crescimento da economia. Esse palavreado quer dizer que o salário mínimo teria de ser R\$283,72. São vinte e três reais a mais. Se Lula quisesse cumprir sua promessa de dobrar o valor do salário mínimo e se a economia brasileira crescesse anualmente 5% seriam precisos vinte anos.

A classe operária, camponeses e demais oprimidos estão obrigados a recorrer a seus próprios métodos de luta para poder arrancar um salário mínimo vital. O Dieese calcula que seu valor está em R\$1.510,67, dinheiro considerado necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas. Os explorados, por meio de suas assembleias, devem aprovar o valor de um salário mínimo real. O Partido Operário Revolucionário (POR) faz a campanha por R\$2000,00. O importante é o rechaço ao salário mínimo de fome do governo PT/Lula e que se coloque pela defesa de um salário vital. Os explorados só contam com a venda da força de trabalho para sobreviver, por isso a luta pelo salário significa a defesa da vida de milhões.

### **Governo PT/Lula se adapta aos latifundiários**

O conflito no campo cresceu nesses dois anos. A promessa de assentamento não efetivada obriga os sem-terra a pressionarem o governo e a ocuparem latifúndios, boa parte constituídos de terras griladas. São centenas de assassinatos de camponeses (2003-2004) e chacinas

como a de Corumbiara (Rondônia, 1995) e Eldorado dos Carajás (Pará, 1996) sem que os fazendeiros e militares fossem punidos. Os julgamentos são verdadeiras farsas para ludibriar o povo. Nesse momento, mais cinco sem-terra foram assassinados no acampamento Terra Prometida, a mando do latifundiário Adriano Chafik.

A burguesia agrária defende a propriedade com milícias próprias, com o auxílio da Justiça e com o apoio das polícias. Está centralizada pela União Democrática Ruralista (UDR), pela Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) etc. Pressiona o governo para punir os camponeses (que dizem ser violentos e estar armados), para proteger seus negócios e disciplinar o Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária (Roberto Rodrigues e Miguel Rosseto) e encarregados do Incra.

A promessa de reforma agrária limitou-se apenas a 25 mil novos assentamentos. Os proprietários e o agronegócio determinam a política fundiária, créditos, sementes e exportações. Sem tocar no poder desses latifundiários, presentes no Estado com suas bancadas de parlamentares, o governo não pode dar um passo em favor dos sem-terra. A tendência é aumentar os conflitos entre camponeses pobres e latifundiários.

Os sem-terra, divididos em várias organizações, enfrentam também a política de suas direções, boa parte constituída de petistas que está a serviço da sustentação do governo Lula.

### **Avançam as reformas pró-imperialistas**

Logo que tomou posse, Lula encaminhou a continuidade da Reforma da Previdência, iniciada com FHC. Impôs a contribuição aos aposentados, dificultou as aposentadorias da grande maioria dos servidores públicos, manteve os privilégios da casta militar, judiciária e parlamentar e favoreceu os grupos privados por meio da previdência complementar.

Mas a orientação imperialista é a de elevar ainda mais a idade para alcançar a aposentadoria. Uma medida de contenção de recursos.

Em seguida, encaminhou ao Fórum Nacional do Trabalho a tarefa de reformular a legislação sindical, como medida para impor precarização do trabalho. O documento consensual entre empresários, governo e direções sindicais dá poderes às Centrais de negociações por cima dos trabalhadores e das assembleias de base. O “negociado” passa a ter valor de lei. Mecanismo necessário para legalizar os acordos de flexibilização das relações trabalhistas. Com a justificativa de retirar os sindicalistas corruptos e pelegos que se apossaram de inúmeros sindicatos, eliminando gradativamente o imposto sindical, a reforma mantém as contribuições obrigatórias, a exemplo da taxa negocial. Portanto, fortalece uma camarilha de burocratas.

Ao invés da independência dos sindicatos e central em relação ao Estado, a reforma amplia a estatização. O governo do PT/Lula prepara a reformulação ministerial e, com ela, a distribuição de cargos para os partidos que darão sustentação ao governo, para colocar em votação a reforma sindical.

Outra reforma em andamento é a do Judiciário. O senado aprovou o controle externo do Judiciário, do Ministério Público, a súmula vinculante, a quarentena e a federalização dos crimes contra os direitos humanos. O controle externo será realizado por um Conselho Nacional de Justiça que não tem poderes para demitir e nem retirar juizes ou membros do ministério público envolvidos na corrupção. Só poderá “recomendar”. Isso porque faz parte do Conselho pessoas indicadas pelo próprio poder Judiciário, pela OAB e pelo Congresso Nacional. A súmula vinculante dá amplos poderes ao Supremo Tribunal Federal sobre os juizes de instâncias inferiores. A quarentena obriga os juizes e desembargadores a esperar três anos após a aposentadoria para retornarem às atividades de advocacia. E, por fim, institui o julgamento de

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

crimes como tortura e homicídios por grupos de extermínio que sejam julgados pela Justiça Federal. As dificuldades da aprovação dessa ultra-limitada reforma está no poder de casta do Judiciário e da profunda corrupção da Justiça. Não por acaso que a reformulação do Judiciário vem se arrastando desde 1992.



*Manifestação em Brasília contra as reformas do governo do PT/Lula (25/11)*

A reforma da educação substituiu o financiamento do ensino fundamental (Fundef) pelo mesmo mecanismo, mas para uma abrangência maior, que vai do infantil ao médio (Fundeb). Sem elevar os recursos, aumenta-se o número de alunos, escolas e trabalhadores da educação. O governo Lula aplica a irrisória quantia de 4,2% do PIB à educação. Prepara a reformulação da grade curricular para o ensino médio, com vistas a eliminar disciplinas e reduzir a carga horária de outras. Reforça o ensino à distância para a formação dos professores e para a educação de jovens e adultos. Compra vagas de universidades ociosas para uma ultra-minoria de estudantes pobres (Prouni). Amplia a privatização do ensino superior público por meio das fundações, que usam as escolas, cobram mensalidades, têm isenções fiscais e realizam pesquisas de acordo com seus interesses. Esse conjunto de medidas tem o mesmo objetivo: reduzir a responsabilidade do Estado para com o sustento do ensino público e favorecer os grupos empresariais da educação.

Como se vê, as reformas que estão sendo implementadas pelo PT/Lula nada têm a ver com os problemas nacionais e da maioria oprimida. A da Previdência fortaleceu os fundos privados. Basta verificar que R\$10,2 bilhões foram depositados de janeiro a julho de 2004 nesses fundos de previdência. Há uma estimativa de 25 bilhões até o final do ano. Trata-se de uma fábula de dinheiro. Parte da classe média investe nos planos de previdência complementar.

A reforma sindical e trabalhista serve aos interesses dos monopólios estrangeiros e do grande capital nacional, que se protegem da crise econômica descarregando sobre a maioria trabalhadora

(destruindo postos de trabalho, quebrando conquistas sociais e flexibilizando as relações trabalhistas) e exigindo subsídios do Estado. O fortalecimento da burocracia sindical é um dos meios para manter os sindicatos cada vez mais atrelados ao Estado.

A reforma do Judiciário mantém o poder da camarilha de juízes, desembargadores etc sobre o governo. A demagogia do PT sobre a democratização do Judiciário se esfumou diante dos interesses da casta judicial. A corrupção no judiciário é tão profunda, que o governo não pode revelar. A tentativa de discipliná-lo logo esbarrou no poder dos juízes.

E, por fim, a da educação serve unicamente para assegurar os lucros dos grupos educacionais e das Igrejas. O acesso a todos à educação é um direito democrático que a burguesia e os reformistas do PT não podem cumprir. Isso porque implica revolucionar a base material da sociedade. No capitalismo, em sua fase imperialista, a educação, saúde, previdência etc tem de ser mercantilizadas. Ou seja, têm de ser transformados em mercadorias.

### **Pôr abaixo as reformas antinacionais e antipopulares**

Os defensores do governo, PT e PCdoB, por meio da burocracia sindical, defendem que a tarefa é apresentar remédios às reformas. Dizem que não estão totalmente de acordo com as medidas e a política econômica, mas que não se trata de colocar o movimento das massas contra o governo Lula. As manifestações devem se limitar a pedir aos Ministros, responsáveis pelos projetos, que incorporem determinadas modificações. Por essa via, temos um poderoso bloqueio ao movimento operário e da

maioria oprimida.

A burocracia sindical, comandada pela direção da CUT, combate assim as tentativas de pôr em marcha um movimento totalmente contrário às medidas ditadas pelo grande capital. A divisão da manifestação do dia 25 de novembro, em Brasília, em que pela manhã se protestou contra as reformas neoliberais e em que pela tarde se protestou pela mudança da

política econômica, demonstra a que ponto os pró-governistas chegam, para evitarem um movimento unitário de oposição ao governo.

Ocorre que a tarefa da maioria explorada de pôr abaixo as reformas antinacionais e antipopulares traz consigo o combate à interferência do imperialismo. Com o governo Lula, não se modificou a necessidade de se constituir um movimento de frente única antiimperialista. Pelo contrário, o fracasso do reformismo que se transforma em pró-imperialista dá ainda maior urgência a que o proletariado encabece as reivindicações contra a opressão do grande capital internacional, que se manifesta por meio das medidas antinacionais e antipopulares. A burguesia nacional se mostra submetida aos ditames das potências e acaba por pressionar o governo Lula a ir adiante com a mesma diretriz do governo FHC.

Vemos que qualquer concessão ao governo do PT/Lula, como faz a esquerda petista e seus aliados estalinistas, tem por conseqüência admitir o intervencionismo econômico e administrativo do imperialismo. E as correntes que levantam a bandeira de barrar as reformas mas que não trabalham por constituir uma frente única antiimperialista, que tem por base um programa de luta, mostram-se limitadas e inconseqüentes. Apesar desses empecilhos, desperta no seio das massas uma tendência de colocar as reivindicações da maioria oprimida contra o governo e a burguesia. Trata-se de propagandear e agitar as reivindicações que unem as necessidades mais elementares de emprego e salário á bandeira de Abaixo as reformas antinacionais e antipopulares do governo PT/Lula.

# **Abaixo a Reforma pró-imperialista da educação**

**Defesa do sistema único, estatal, gratuito, científico, vinculado à produção social e sob o controle de quem trabalha e estuda  
Estatização, sem indenização, de toda rede particular de ensino**

A Reforma educacional do governo PT/Lula atende às exigências do imperialismo (FMI/BIRD). É antinacional. Vem para proteger os empresários da educação. É antipopular. Reforça a privatização e fragiliza o ensino público, já debilitado. Coloca o orçamento da educação a serviço dos interesses particulares da minoria que explora o ensino como fonte de lucro e valorização de seus capitais. Mantém o poder das Igrejas sobre o ensino. Transfere maiores poderes sobre a educação aos exploradores desfazendo-se do ensino público e gratuito.

A utilização da educação para fins empresariais e influência das Igrejas são a face mais obscurantista e reacionária do capitalismo decadente. Há muito que a burguesia brasileira e seu Estado vêm impondo regressão ao sistema de ensino público e ampliando as formas de uso empresarial. Chegou-se ao ponto do ensino particular ter mais vagas do que procura. O que quer dizer que somente uma pequena camada da classe média pode ainda pagar os estudos. A grande maioria da população não tem como ir do ensino fundamental para o médio e deste para o superior. Além disso, metade das crianças do ensino fundamental saem como "analfabetos funcionais".

E o que faz o governo do PT/Lula? Mantém o escasso recurso de 4,2% do PIB para a educação. Cria a farsa do FUNDEB como se fosse a grande solução ao fracassado FUNDEF do governo FHC. Impulsiona o projeto de ensino à distância, uma medida escabrosa para pôr fim à presença do aluno na escola e liquidar o trabalho do professor. O ensino à distância coloca a educação nas mãos de uma camarilha de burocratas a serviço do capital e das Igrejas. Essa mesma reforma, por outro lado, obriga parte da juventude, classificada "como fora de série e idade", a se submeter à Educação de Jovens e Adultos por meio do ensino à distância ou presencial de curta duração. Compra vagas ociosas nas universidades privadas, ajudando os capitalistas a manterem suas propriedades e lucrarem às custas do Estado, ou seja, dos impostos pagos pela população.

O apoio do governo PT/Lula aos donos de escolas não significa apenas assegurar-lhes seus bens materiais, significa sobretudo facultar a uma fração da burguesia e às ordens religiosas de fazerem do conhecimento e da educação suas propriedades particulares. Apóia-se, com as medidas da reforma, o obscurantismo e o autoritarismo. Estudantes e trabalhadores da educação são obrigados a seguirem os ditames dos donos das escolas. Não há liberdade de ensino. Não há liberdade de crítica. Não há liberdade política. Sob a escola particular, prima a lucratividade, a concorrência e a mentalidade do explorador sobre a educação. Os parasitas, que fazem do ensino uma fonte de negócios, impõem nas suas propriedades um regime de subserviência, que estudantes e trabalhadores da educação têm de acatar.

O governo do PT/Lula, ao manter a diretriz do imperialismo e dos exploradores internos de livrar o Estado da manutenção do ensino público, golpeia o mais elementar princípio democrático burguês de que a educação cabe à sociedade. A educação é ainda mais entregue a uma fração empresarial e aos burocratas acadêmicos talhados para a subserviência e para a opressão. A escola é um termômetro da democracia ou do autoritarismo burguês. Em sua decadência, o capitalismo não pode permitir a liberdade de ensino, de expressão e organização política nas escolas. A luta de classes e seus reflexos na educação têm de ser contidos. A escola empresarial expressa o domínio do autoritarismo. A ditadura de classe da burguesia não tem como se materializar em formas democráticas, sem que dêem espaço para a luta de classes. Cada vez mais tem de se impor pela via do controle, do comando e da repressão às manifestações sociais. O sistema empresarial de ensino cumpre essa função. Reforçá-lo, como faz a reforma do PT/Lula, é dar curso às tendências antidemocráticas e reacionárias da burguesia.

Não por acaso, a anunciada autonomia universitária é exatamente o seu contrário. A reforma dá mais poderes à burocracia universitária e permite-lhe ad-

ministrar a universidade como agentes do poder privado. É o que se prescreve para as fundações privatistas no interior das universidades públicas e para a diretriz da política pró-empresarial, a ser implementada pelo critério de parceria (PPPs).

A farsa de que a reforma vem no sentido de disciplinar o ensino particular, de dar-lhe relevância, qualidade e equitatividade não esconde seu verdadeiro objetivo, que é o de reduzir a esfera do ensino público e ampliar a capacidade de exploração do privado. Quem manda na escola privada é o seu dono.

O governo PT/Lula, ao aceitar as exigências do imperialismo e dos capitalistas da educação, mostra-se antinacional e antipopular. Um partido que se dizia defensor da democratização, de reformas favoráveis à maioria e de desenvolvimento nacional assume a tarefa de proteger os mesquinhos interesses dos exploradores e sacrificar a educação pública para cumprir os acordos com o imperialismo. Os reformistas se mostram subservientes ao grande capital em relação ao ensino. Seguem os acordos com o FMI que prevêem um conjunto de reformas. Foi dada seqüência à Reforma da Previdência e estão em andamento as reformas sindical e trabalhista. Essas últimas objetivam implantar a flexibilização do trabalho, em parte já concretizada. Está aí por que o movimento contrário à reforma do ensino deve levantar a bandeira de *Abaixo às Reformas pró-imperialistas do governo PT/Lula!*

Essas medidas descarregam sobre as massas oprimidas a desintegração do capitalismo e fortalecem as direções burocráticas e colaboracionistas do movimento sindical. Não devemos isolar uma reforma da outra, uma vez que todas elas convergem para o mesmo objetivo de favorecer grupos capitalistas contra a maioria nacional.

As direções sindicais e estudantis são majoritariamente do PT, PCdoB ou da ultra-reacionária Força Sindical. Esse é o obstáculo que impede os trabalhadores e a juventude de ser colocarem unitariamente contra o conjunto das reformas neoliberais.

O problema da educação é de maior importância para a classe operária e demais explorados. No entanto, tem se limitado ao âmbito das universidades e à parcela do ensino básico, mesmo assim, sem abranger a grande maioria de estudantes e trabalhadores da educação. E por quê? Porque o movimento contra as reformas está sob o bloqueio e o desvio das direções vinculadas ao governo Lula. Não tem sido essa a política das direções da UNE, UBES, CNTE, CONTEE e CUT etc?

Essas direções têm sido responsáveis pela implantação de medidas antinacio-

nais e antipopulares, sem que os explorados e a juventude pudessem dar resposta à altura. Mas nosso movimento de resistência e de independência frente à política governamental está abrindo caminho para as mobilizações. Por isso mesmo é preciso ser claro na condenação da coexistência do ensino público com o privado, defender a estatização sob o controle de quem trabalha e estuda e a edificação do sistema único de ensino público, gratuito, científico e vinculado à produção social.

Junto a essa tarefa, levantamos as rei-

vindicações fundamentais de proteção à vida dos trabalhadores, como emprego, salário e terra aos camponeses. Vinculamos essas reivindicações à estratégia de fim do capitalismo por meio da revolução e ditadura proletárias. Lutamos para acabar com a sociedade de classe que cria a escola de classe. Trabalhamos pela organização da maioria sob a forma da aliança operária e camponesa e pela conquista de um governo operário e camponês. Somente uma nova sociedade, sem exploradores e explorados, poderá dar nascimento a uma nova escola.

*O manifesto abaixo resultou da reunião da Apropuc com os centros acadêmicos, que teve por objetivo dar continuidade à campanha contra a reforma universitária e preparar a Manifestação em Brasília. Foi lido na plenária do dia 23 na PUC e serviu de base para o pronunciamento do representante da Apropuc na manifestação de Brasília. Estudantes e professores o distribuíram entre os manifestantes.*

## Manifesto contra a reforma privatista do ensino

Ao governo Lula  
Ao Ministro da Educação  
Ao Partido dos Trabalhadores

Nosso movimento vem a Brasília para protestar contra as Medidas Provisórias e o Projeto de Reforma do Ensino Superior por contrariarem as necessidades do País e, principalmente, por fortalecerem o ensino privado em detrimento do ensino público.

O Pro-Uni é um escandaloso instrumento de favorecimento aos empresários da educação. Proteger o ensino pago e prejudicar o ensino público significa aumentar a carga de custo da educação para garantir a lucratividade dos empresários. As mensalidades são altíssimas, cresce a inadimplência e a expulsão daqueles que não podem pagar.

Por mais que o governo procure esconder o sentido mercantilista de seu Projeto com a máscara da inclusão social, não deixa de transparecer seu caráter antinacional, antipopular e antidemocrático.

Antinacional porque atende ao FMI/Bird, agências do capital financeiro internacional e do imperialismo. É-nos conhecida a exigência desses organismos para que o Estado se livre o máximo possível do ensino público, a começar pela Universidade. Essa diretriz se contrapõe à necessidade do País de expandir o ensino público e assegurar-lhe meios materiais para um bom funcionamento. A utilização do ensino como fonte de negócio e de lucro empresarial corresponde à valorização

do capital e controle particular da educação. Não por acaso a grande maioria dos empresários da educação já aderiram ao Pró-Uni. É-lhes vantajoso preencher os 40% das vagas ociosas às custas do dinheiro público. A orientação privatista ditadas pelo FMI/Bird vem ao encontro dos mesquinhos interesses dos empresários da educação e é assimilada pela burguesia nacional entreguista. É por isso que somente os trabalhadores e a juventude podem acusar e rechaçar o caráter antinacional da reforma.

É antipopular porque reforça a exclusão da grande maioria dos brasileiros, que são os trabalhadores e seus filhos. O predomínio esmagador das Universidades privadas demonstra com total clareza a divisão de classe da sociedade. Depois do ensino fundamental, a imensa maioria não tem como continuar os estudos. Constitui a força de trabalho que serve à exploração capitalista. Não é um bom negócio para a burguesia investir na educação das massas além do estritamente necessário para manutenção da força de trabalho. Atendendo à formação universitária de uma pequena camada da classe média, considera suficiente. É a camada que pode pagar o ensino. É assim que calculam os governos patronais. Também calculam que os estudantes das Universidades públicas têm de pagar. Está aí a orientação privatista da reforma ditada pelo FMI/Bird e arquitetada no MEC, portanto contrária à aspiração da maioria, portanto antipopular.

É antidemocrático porque diminui o direito à escola pública e gratuita, transferindo maiores poderes aos exploradores da educação. Os donos das escolas impõem um regime empresarial, proibindo a liberdade de expressão, de crítica e de organização política de quem estuda e trabalha. Não são somente proprietários das instalações, assumem-se com proprietários da educação.

Presidente Lula, seu governo está na contramão das necessidades do País, ou seja, na contramão da maioria da população explorada, pobre e oprimida material e espiritualmente.

Ministro Tarso Genro, o Projeto do MEC está a serviço dos empresários da educação e da burocracia universitária obscurantista. Seu Projeto se contrapõe ao conhecimento científico e à elevação cultural daquele que produzem a riqueza do País.

Dirigentes do PT, vocês são responsáveis pelo que faz ou deixa de fazer o governo Lula. Vocês estão vendo que a reforma em andamento e as MPs editadas são antinacionais e antipopulares.

Nós manifestantes, defensores do ensino público, gratuito, científico e controlado por quem trabalha e estuda, regido pela autonomia e democracia universitárias, viemos protestar contra mais uma das medidas neoliberais. Estamos em luta contra a reforma privatista, pela estatização do ensino privado e em defesa do acesso universal à educação em todos os níveis por meio do ensino público e gratuito.

## Rondônia

# O que está por detrás do assassinato do sertanista Apoena Meireles?

A maior reserva de diamantes do país fica localizada no Estado de Rondônia, nas terras pertencentes aos povos indígenas Cinta Larga. Isso tem despertado interesses da burguesia nacional e internacional. Para explorar a riqueza, a burguesia alicia os índios, principalmente os caciques, integrando-os no mundo da corrupção. Assim, no decorrer de quatro anos, centenas de vidas tomaram para beneficiar a minoria saqueadora de riquezas.

A penetração dos exploradores na Reserva Cinta Larga vem contribuindo para ampliar a fome da maioria indígena e enriquecer uma minoria de saqueadores, que contam com a colaboração de alguns caciques ludibriados por essa minoria capitalista.

O governo federal havia anunciado a proibição de garimpo em terras indígenas, especialmente na Reserva Roosevelt. No entanto, os interesses da burguesia na extração do diamante não cessaram. Ao contrário, denúncias apontam o governador de Rondônia, Ivo Cas-

sol (PSDB) como envolvido nos negócios da extração. O governador é acusado de crime contra os povos indígenas Cinta Larga e responsável pela facilitação do contrabando de diamantes. Nos depoimentos sobre a chacina de 29 garimpeiros, um dos acusados denunciou o governador da utilização da estatal Companhia de Mineração de Rondônia (CMR) para a exploração de diamantes da Reserva Roosevelt sem a autorização do governo federal. As acusações contra Cassol indicam o seu envolvimento no aliciamento do cacique em favor dos exploradores.

Não por acaso que o presidente da Coordenação da União dos Povos indígenas de Rondônia, o cacique Almir Surui afirmou que os índios não acreditam que o assassinato do sertanista Apoena Meireles tenha sido por assalto, mas que está relacionado à extração dos diamantes da Reserva Roosevelt. Diz Surui que as idéias de Apoena contrariavam os interesses dos exploradores e diamantes.

O fato é que Apoena foi assassinado

em 9 de outubro e os verdadeiros mandantes do crime continuam ilesos. Inúmeros indígenas já perderam a vida e não há nenhuma punição aos assassinos. Os exploradores de diamantes contam com o apoio dos governos, da polícia e da justiça. Os índios estão morrendo à mingua numa reserva riquíssima em diamantes.

A classe operária, camponeses e demais oprimidos devem levantar a bandeira da autodeterminação dos povos indígenas, o que implica no direito sobre as jazidas de diamantes. Devem exigir a punição dos assassinos de Apoena e dos índios. E colocar em suas mãos a tarefa de expulsar os saqueadores de diamantes.

A solução definitiva dos problemas que afetam os povos indígenas, fruto da penetração capitalista, só virá com a aliança operário-camponesa, por meio do programa da classe operária. A autodeterminação dos povos indígenas será parte da luta pela libertação de todos os oprimidos: operários, camponeses, trabalhadores empregados e desempregados, e povos indígenas.

## Brava luta dos Trabalhadores da Educação

Os trabalhadores da Educação de Rondônia foram à greve. Resistiram por mais de um mês e não se renderam diante das ameaças do governador, que usou de uma liminar concedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública para intimidar e multar o sindicato em 10 mil reais por dia. Mesmo assim, os trabalhadores ocuparam a SEDUC. O governador Cassol (PSDB) e seu Secretário Licório usaram de todos os recursos para punir os ocupantes. Cortaram o fornecimento de água e impediram a entrada de alimentos. A SEDUC foi cercada pela força militar. Por meio de cordas improvisadas pelos grevistas, os alimentos chegaram às mãos dos ocupantes. O governo intensificou a repressão temendo que a ocupação da SEDUC ganhasse mais força e o apoio da população.

A Corrente Proletária se posicionou pela não saída da SEDUC enquanto o governo não retirasse as punições

e atendesse às reivindicações da greve. Porém, parlamentares e representantes de direitos humanos defenderam a desocupação e manobram os grevistas por meio de uma promessa de que "não votariam nenhum projeto do governo enquanto este não atendesse às reivindicações". A desocupação ocorreu e até hoje o governo continua calado diante das reivindicações.

As lições da greve devem potencializar as novas lutas. Os governadores e prefeitos seguem a orientação geral que é a de arrocho salarial, desemprego e destruição de direitos trabalhistas. O governo PT/Lula anunciou os novos passos da Reforma da Educação, que institui o Fundeb, amplia o ensino à distância e a compra de vagas das universidades privadas. Todas essas medidas vêm no sentido de cortar recursos da educação pública e favorecer a rede privada. Os governadores e

prefeitos estão de comum acordo com essas medidas, que são traçadas pelo FMI/Banco Mundial.

A greve dos trabalhadores da Educação indicou o caminho da resistência, que só pode ser por meio da mobilização e da ação direta. Os demagogos parlamentares e dos direitos humanos trabalham contra a disposição dos educadores de enfrentar os governos e arrancar, por meio da greve e da ocupação, as reivindicações vitais. As direções sindicais impõem aos organismos dos trabalhadores e ao movimento social a política da conciliação de classe. Não por acaso que além de enfrentar os governos, é preciso derrotar a política da burocracia sindical, que é nefasta a ação dos trabalhadores.

Nesse sentido, é necessário a construção da fração revolucionária, a Corrente Proletária da Educação.



## Professores-SP

# Um congresso burocrático e pró-governista

## Cresceram os setores oposicionistas

### É preciso pôr em pé a fração revolucionária

A diretoria da Apeoesp (setores majoritários do PT e os estalinistas do PCdoB) conduziu o Congresso a aprovar as resoluções de apoio às medidas do governo PT/Lula, acobertadas por críticas pontuais a determinados aspectos da política governamental. Mas o fundamental para a Articulação/PT era modificar os estatutos da Apeoesp de acordo com a reforma sindical em curso. Para isso, preparou na surdina, sem discussões nas Conferências regionais que elegeram os delegados, e apresentou todas as alterações na plenária de abertura do Congresso. Trata-se de uma atitude própria de pelegos, que usa a condição de estar no aparelho do sindicato para eleger delegados e modificar o seu funcionamento em favor da burocracia.

Para ajustar o estatuto à Reforma Sindical, a Articulação/PT pretendia em nome da proporcionalidade dar um golpe na proporcionalidade existente, que já é limitada pela imposição de corte às correntes políticas minoritárias. Tentava ludibriar seus delegados com os falsos argumentos de que "A CUT sempre recusou a concepção de correia de transmissão, da imposição dos sindicatos aos dogmas partidários, defendendo posição de independência...". E, com isso, propunha uma arapuca envolvendo todas as correntes que se reivindicam da CUT. Defendia que "para disputar a eleição da diretoria do sindicato em uma convenção cutista...aprovar um programa da chapa e a sua formação, respeitando a proporcionalidade...". Mas para ter o direito à composição da chapa, as correntes teriam de obter no "mínimo 20% dos votos dos delegados à Convenção. Portanto, a proporcionalidade se daria somente dentro da Convenção. Uma armadilha para impedir que correntes menores pudessem também ter o direito de concorrer às eleições do sindicato. Ainda mais, as correntes que participassem da Convenção e que se retirassem desse processo por discordar do programa não poderiam inscrever outra chapa. Assim, só teriam a chapa da CUT e chapa contra a CUT.

Essa modificação estatutária elimina a democracia sindical, impedindo que outras correntes de opinião possam estar ex-

pressando seu programa para a escolha da direção do sindicato. A burocracia, que já controla o sindicato, ampliaria o seu poder de escolher os delegados que fariam parte da tal Convenção, facilitando assim a manutenção dessa cúpula burocrática na direção da Apeoesp. Isso nada tem a ver com democracia e proporcionalidade. A democracia sindical significa o direito de qualquer corrente política de concorrer às eleições e na proporção dos votos obtidos também participar da composição da direção do sindicato.

A Reforma Sindical reforça o poder das Centrais como "negociadoras" por cima dos sindicatos e das assembleias de base. Por isso, a Articulação/PT propunha incluir no artigo 3º do estatuto o "acatamento das deliberações emanadas pela Central Única dos Trabalhadores, 'ad referendum' das instâncias internas, quando suscitadas pela necessidade". Em síntese, o que a Central decidir valeria para todos os sindicatos a ela vinculados. Dessa forma, a mudança viria para impedir manifestações contrárias às decisões tomadas pela CUT. A Reforma sindical do governo PT/Lula, acordada por meio das negociações no Fórum Nacional do Trabalho, legaliza as Centrais Sindicais e permite que elas façam os "acordos" com o patronato e governo sem o aval das assembleias de base dos sindicatos. O "referendum das instâncias internas" só em caso de "necessidade". Para os burocratas, essa "necessidade" só constaria no papel.

Está aí a essência do sindicalismo orgânico, tão defendido nos Congressos da CUT pelos sindicalistas, hoje governistas. Quem manda é a Central. Os sindicatos obedecem. As assembleias não têm poder para modificar as negociações da Central. As correntes minoritárias não podem concorrer às eleições sindicais. Imposição de chapa única. Burocratas são delegados para os Congressos do sindicato. O sindicalismo "moderno" para a ala majoritária do PT é aquele que elimina a democracia operária (sindical) e dá poderes plenos para a camarilha de pelegos negociar o fim de conquistas trabalhistas, a manutenção do arrocho salarial e a per-

manência dos milhões de desempregados.

A ala majoritária do PT na diretoria da Apeoesp, por meio de um texto complementar, pretendia dar um golpe sobre o conjunto dos professores. Porém, outras alas do PT, com interesses particulares nas eleições da Apeoesp, não concordaram com as alterações estatutárias. Foi o caso da Artnova (divisão aparelhista da Articulação) que foi obrigada a se colocar no campo de oposição e se colocar contra o golpe da Articulação.

A Articulação que se opunha a repassar mais verbas para as regionais foi derrotada. Nesse ponto, a oposição obteve 1404 votos contra 1145. A derrota da Articulação foi a manifestação dos delegados de oposição contra a reforma sindical do governo PT/Lula e contra a centralização aparelhista das finanças do sindicato. Porém, os setores oposicionistas não puderam combater a linha colaboracionista dos setores majoritários do PT e dos estalinistas. Isso por que a maioria das correntes petistas e seus comparsas do PCdoB votaram na tese da ala majoritária, Articulação/PT.

### **Maioria petista e seus serviços estalinistas aprovaram as medidas da reforma educacional**

O governo do PT/Lula encaminhou a Reforma do ensino, seguindo as orientações do FMI/Banco Mundial. A maioria da diretoria da Apeoesp defendeu a essência da reforma, que é a privatização. Colocou-se a favor do Fundeb em substituição ao Fundef de FHC, mantendo a política de distribuição dos recursos (socialização da miséria). Concordeu com a ampliação do ensino à distância para reduzir custos, tanto para formação docente quanto para a educação de jovens e adultos. Aceitou o demagogo mecanismo de implantação de redução da grade curricular para o ensino médio, que são os "Seminários" por região, já implementados pelo MEC. Não se opôs aos "convênios" com escolas privadas para a complementação do ensino profissionalizante. Calou-se diante da reforma do

ensino superior, que prevê compra de vagas na rede privada. E, por isso, não defendeu uma campanha contra a totalidade da reforma educacional do governo PT/Lula.

Esse bloco petista e estalinista era maioria do Congresso. Votou em todas as soluções da tese da Articulação (tese-guia), que têm como essência apoiar a governabilidade de Lula e assegurar por meio do bloqueio das lutas as medidas antinacionais e antitrabalhadoras.

Usando do falso argumento de que "uma esquerda moderna não pode ser defensora do *status quo*, negando sua essência transformadora e recusando toda e qualquer possibilidade de obter algum avanço, mesmo que modesto, em troca de um hipotético cenário no qual todas as contradições seja superadas instantaneamente". Por detrás desse argumento está o combate às posições contrárias às reformas pró-imperialistas do governo Lula e ao programa da transformação da sociedade por meio da revolução proletária.

As reformas do PT/Lula não têm nada de avanço, nem mesmo "modesto". São mecanismos de proteção do capital e ataque à vida das massas trabalhadoras. A desqualificação impressa pelos governistas da Apeoesp quanto ao fato das contradições serem superadas "instantaneamente" serve unicamente para encastrar seus delegados. A luta contra a exploração do trabalho e as profundas

contradições inerentes ao sistema capitalista está colocada desde já e é por meio dela que a maioria oprimida poderá liquidar com a sociedade de classe e implantar uma nova sociedade, onde não há exploradores e explorados.

## Cresceu o pólo oposicionista

O número de delegados das correntes de oposição foi bem maior do que no Congresso anterior. A Oposição Alternativa, que inclui o PSTU, PSol e a esquerda petista, foi o maior setor nesse campo. Deslocou-se para as posições mais radicalizadas contra a Articulação. Compôs com as demais correntes oposicionistas um pólo contra as reformas neoliberais de Lula e contra as mudanças estatutárias.

A divisão da oposição em várias teses, que expressam as correntes políticas, não foi bem compreendida pelos delegados, que manifestavam descontentamento com a política da diretoria da Apeoesp. Os trabalhadores, diante da força da burocracia e do governo, aspiram a unidade da oposição e, por isso, condenam o aparecimento de várias teses para o Congresso. Por outro lado, as correntes políticas possuem diferenças que são de estratégia, conseqüentemente, táticas. A Oposição Alternativa, por abarcar uma parcela petista e centristas do PSTU, não se coloca pelo programa da classe operária, que

tem como estratégia a revolução proletária. As críticas ao governo são limitadas e não atingem o partido que está no poder (PT). Outras correntes menores são expressão de um sindicalismo radical. Isso por que não trabalham pela construção do partido revolucionário.

A Corrente Proletária da Educação, constituída de militantes do Partido Operário Revolucionário e independentes, participou do bloco oposicionista. Também com mais delegados do que no congresso anterior, combateu as reformas do governo PT/Lula, defendeu o método da ação direta para arrancar as reivindicações e se posicionou pela estratégia da revolução proletária para derrubar o sistema capitalista e implantar o socialismo. Na questão da educação, a Corrente Proletária rechaçou a reforma educacional do FMI/Lula, o Fundeb, Prouni e outras medidas de destruição do ensino público e de ampliação da educação mercantilizada. E se colocou pela luta em defesa de um único sistema de ensino, público, gratuito, científico e vinculado à produção social. Portanto, a estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle daqueles que trabalham e estudam. É fundamental que aqueles que se identificaram com as idéias e com a prática militante da Corrente Proletária participem ativamente da construção dessa fração oposicionista à diretoria da Apeoesp.

## UERN

# Combateamos a corrupção das direções estudantis

A direção atual do CA de Letras não prestou contas do EREL realizado em Mossoró. Quanto foi arrecadado? Quanto ficou no caixa do CA? Quais as discussões mais importantes? Quais foram as deliberações? Os estudantes de Letras não sabem nada a respeito. Além disso, outros assuntos ficaram pendentes sobre o EREL.

A Corrente Proletária questiona onde foi parar o dinheiro do EREL? A direção atual do CA não pode pensar que, abandonando o cargo, pode ficar livre de dar explicação. Enquanto forem estudantes do Curso devem responder por suas responsabilidades de quando estavam a frente da Entidade. Esta situação, por si só, já demonstra a necessidade de renovação da direção de nossa Entidade e a eleição de estudantes, ao menos,

comprometidos em prestar contas de suas atividades em assembléia geral de todo o Curso.

## A direção abandonou o CA de Letras

A direção atual do CA de Letras abandonou a Entidade. Esta tendência já se evidenciava na inatividade da direção. Como se passou o EREL e a viagem ao Rio de Janeiro, os diretores do CA parecem ter perdido o interesse pela Entidade.

Curioso é que a direção tinha propósito, em uma assembléia geral de todos os estudantes da UERN, que fosse deixado a cargo das direções de CA a realização de assembléias por curso. A Corrente Proletária combateu esta proposta por

conhecer a burocratização e a inatividade das direções, tendo a de Letras, inclusive, como exemplo. Se quem fez a proposta foi incapaz de efetivá-la, imagine nos outros cursos. A proposta, então, servia ao objetivo de desarticular a organização de luta dos estudantes da UERN. Seja por algum objetivo escuso ou por ignorância política mesmo, isto não importa, o resultado final seria o mesmo. A proposta foi rejeitada pelos estudantes na assembléia.

Agora, fim de semestre, a direção do CA de Letras não encaminhou as eleições para a sucessão e nem tem interesse em continuar na representação. É preciso retirar lições desta situação. E tarefa do movimento construir a fração revolucionária no meio estudantil, o que significa pôr em pé a Corrente Proletária.

## Rio Grande do Norte

# A direção estadual do SINTE derrotou a greve

*Publicamos o balanço sintético da greve de agosto, dos professores estaduais do Rio Grande do Norte, apesar do tempo passado, dada a importância de resgatar a experiência com a direção burocrática (PT/PCdoB) e com a oposição vacilante, que conta com a participação do PSTU*

A direção estadual do SINTE (PT/PCdoB) conduziu a categoria para a derrota frente ao governo do PSB/PCdoB.

Na assembléia que deflagrou o movimento, a diretoria foi contra a greve, sendo derrotada em votação pela base – coisa que se seguiu nas assembléias posteriores. Nas atividades que se seguiram, a direção não mobilizou a categoria e circunscreveu o movimento aos limites impostos pelo governo (PSB/PCdoB).

As reuniões pela tarde do Comando de Greve, que contava com a participação da base, foi mudada pela direção estadual para o início da noite, afastando a participação da categoria, portanto, burocratizando o Comando; no acampamento, aprovado pela base, após pressão da polícia, a direção fez coro com a repressão para não erguê-lo; na passeata que cercou Wilma/PSB no Palácio da Cultura, a direção propôs o fim do cerco, deixando a governadora sair tranqüilamente. Era o momento de seguirmos a experiência dos professores da Apeoesp quando do governador Mário Covas/PSDB).

A nota convocatória para a assembléia só saiu porque a base assim fez votar. Mesmo assim, nesta assembléia, contou-se com mais de 400 trabalhadores em educação. Isto é prova que a mobilização da categoria podia potencializar o movimento.

No ato logo após a assembléia, não se bloqueou a BR como havia sido proposto na assembléia e a categoria, em centenas, foi impedida de subir ao Palácio do Governo por 3 policiais. A direção submeteu-se a “ordem” imposta pela polícia repressiva do Governo estando em maioria extremamente expressiva. A juventude do PCdoB (UJS), que caminhava à frente da categoria, parou diante dos policiais e serviu de grupo de choque (barreira) do governo impedindo o avanço da categoria.

### **Por que a oposição não conseguiu aglutinar o descontentamento da categoria?**

A base da categoria dos trabalhadores em educação estava insatisfeita com o arrocho salarial, as péssimas condições de ensi-

no e trabalho, enfim, com a situação de sucateamento da educação pública patrocinado pelo governo (PSB/PCdoB).

A oposição não conseguiu aglutinar o descontentamento da categoria de modo a oferecer uma alternativa de direção. As condições existiam, mas as oposições se mostraram fracas, seja pela sua política, seja pelas suas forças. Trabalhadores de base em educação se inscreviam para falar e criticar a direção, repudiar seus métodos e denunciar seu eleitoralismo. Os trabalhadores tiveram a percepção da política anunciada pelas oposições. Inclusive, o descrédito que se amplia com o governo Lula e com Fátima Bezerra/PT, respinga na direção do SINTE.

A oposição não conseguiu aglutinar o descontentamento porque:

1º o PSTU, supostamente a maior força da oposição, apesar de afirmar em seus programas que as eleições devem servir de auxiliar da luta de massas, desapareceu da greve. Sua militância estava muito reduzida, o que demonstrava o acúmulo de trabalho na campanha em detrimento da greve da categoria. Por exemplo, em plena atividade de massa na Secretaria de Educação, o seu candidato a prefeito se retirou para gravar o programa eleitoral. Ao que parece, na prática, a luta é que deve servir de auxiliar para as candidaturas do PSTU, angariando votos devido a sua presença nas lutas de massa. Além disso, a categoria não percebia o PSTU como oposição, devido ao seu apoio ao PT no 2º turno das eleições presidenciais.

2º o POR não possuía forças suficientes para preencher o espaço de direção. Mesmo assim, além de estar presente em todas as atividades da greve, mobilizou a regional de Ceará-Mirim onde é direção da categoria, para a participação a mais efetiva possível. Dizemos a mais efetiva possível, porque a direção estadual dificultou o máximo que pode a participação da categoria de Ceará-Mirim, numa clara oposição não a Regional, mas a greve de toda a categoria, enfraquecendo as forças dos trabalhadores em educação. O problema é que a direção estadual depositava (superestimadamente, é claro e por mioopia política, não queria enxergar o descon-

tamento da categoria com sua política) a manutenção da greve a participação dos trabalhadores em educação de Ceará-Mirim, como se a direção da Regional (POR) estivesse levando a categoria a participar da assembléia como “gado” ou pessoas estúpidas que votam sem consciência ou que não possuem visão crítica o suficiente para votar de acordo com suas percepções. Evidentemente que a participação da categoria de Ceará-Mirim cumpria um papel político importante para o POR, no sentido de oferecer uma experiência prática da categoria com a política da direção estadual. Porém, contribuía também, e este era o mais importante, para o fortalecimento da luta de toda a categoria, garantindo uma participação massiva e atuante dos trabalhadores. Mas a direção estadual só percebia um lado porque estava contra a continuidade da greve.

### **As lições da luta**

A categoria demonstrou grande coragem e disposição de luta ao continuar um movimento mesmo contra a direção do seu sindicato. Mas encontrou nos aliados do governo (PT) e nos seus secretários (PCdoB) um obstáculo intransponível naquele momento. Toda a oposição se demonstrou débil para orientar e oferecer uma alternativa de direção positiva, capaz de aglutinar a insatisfação da categoria. Deste modo, ela não encontrou um caminho de luta conseguinte a tomar.

O PT e o PCdoB não encaminham os trabalhadores para a luta. Como neopelegos, obstaculizam o desenvolvimento da luta porque estão no poder governamental. Protegem inclusive seus aliados. Abandonar o SINTE é enfraquecer a categoria, é deixar que os neopelegos perpetuem na direção do SINTE. É preciso entender que foi a política reformista-eleitoreira destes partidos que os levaram aos braços da burguesia. O objetivo deve ser a construção de uma fração na categoria que ofereça uma alternativa de direção combativa para o sindicato, ou seja, fortalecer a política da Oposição na construção de um sindicalismo revolucionário ao estilo da Regional de Ceará-Mirim.

## Nesta edição:

- Argentina
- Bolívia: Lições da rebelião na UTO - Oruro
- Mais sobre a Universidade Técnica de Oruro (UTO)
- Ensinamentos do Conflito Estudantil na UTO
- Destruição de Faluja pelo imperialismo não conterà resistência
- Morte de Arafat aumentará conflitos na Palestina

## Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



### Argentina

**O salário foi destruído. A burguesia conseguiu impor, na última década, condições extremas de exploração.**

**Se a burguesia não é capaz de garantir trabalho para todos e salários que dêem para viver dignamente, deve ser expulsa do poder**

Os empresários não estiveram de acordo em reajustar o salário mínimo além dos 430 pesos. Atualmente é de 350 pesos.

Nos novos postos de trabalho, a média salarial paga por esses empresários é inferior ao salário mínimo (em média 346 pesos).

43% dos trabalhadores "novos", com menos de um ano, estão no mercado informal.

Em numerosos setores, os reajustes salariais anteriores, decididos pelo governo, ainda não foram pagos.

Trabalhadores informais e desempregados não recebem o "aumento". Todo mundo sabe que se há trabalho informal é porque existe uma economia informal, existe evasão fiscal. E a maioria das empresas paga por fora da folha de pagamento, totalmente ou em parte.

A inflação passada e a futura consomem esses "aumentos", por isso o ponto de partida e de referência para nossa luta deve ser fixar o salário mínimo de acordo com o custo da despesa familiar, e, portanto, nossos salários devem ser reajustados conforme o custo dessa despesa.

O salário mínimo vital e móvel é lei. Violada pelo Estado e pelos patrões.

A cesta básica de alimentos supera os 700 pesos, quase o dobro do salário mínimo. Mas essa cesta "básica" é a metade da despesa familiar. Esta não deve ser calculada apenas com o custo dos alimentos, mas com transporte, educação, moradia, vestimenta, saúde (seu valor é estimado entre 1.416 e 1.600 pesos). O salário mínimo vital e móvel, que deve receber um pai de família, está incluído na Lei de Contrato de Trabalho. É uma lei nacional.

Os patrões, o governo, os parlamentares violam o tempo todo essa lei. (...) Agora querem discutir como legitimar a queda brutal do salário com a colaboração da burocracia sindical.

Quase nenhum trabalhador abriga esperanças de que essas negociações conquistem alguma recomposição séria do salário. A burocracia sindical se ocupa em evitar que nos locais de trabalho os trabalhadores debatam essa questão essencial.

(...) A recuperação do salário (que não é resolvida na mesa de negociações) só é alcançada com métodos de luta de classes, com as greves, mobilizações, ocupação dos locais de trabalho, enfim com uma ação generalizada dos trabalhadores.

### Os argumentos patronais

Os patrões argumentam que, se o salário for elevado, não poderão pagá-lo e terão de fechar as empresas, ou demitir parte dos funcionários e, como conseqüência, haverá mais desempregados. Dizem também que um aumento salarial será inflacionário, pois os setores que não puderem assimilar tal aumento serão obrigados a repassá-los aos preços.

(...) Esses argumentos deve ser refutados. Nossos salários são os salários mais baixos da história e isso não tem ajudado a combater o desemprego, mas exatamente o contrário, o desemprego foi crescendo na mesma proporção em que caía o salário real.

(...) Se as empresas dizem que não podem pagar o salário que exigimos, devemos obrigá-las a abrir seus livros, examinar sua contabilidade real e verificar quanto representa a massa salarial. Devemos verificar coletivamente qual é a taxa de lucro que estão extraindo (...) (quando dizemos para abriremos seus livros, nos referimos aos números reais, não aos que usam para enganar a nós e ao fisco).

(...) Não podemos permitir o fechamento dos postos de trabalho com a des-

culpa que não podem pagar nossos salários. Todas as empresas nessa condição devem ser expropriadas e continuarão funcionando sob o controle coletivo dos operários.

Também falseiam quando dizem que os salários disparam a inflação. O que vemos é justamente o contrário. A inflação dos preços é que leva os trabalhadores a exigirem um reajuste de seu poder aquisitivo.

(...) Os patrões se referem aos salários como se fossem um gasto. Um gasto que deve ser minimizado ao máximo possível. Nós devemos lhes dizer: o esforço físico e mental entregue todos os dias no processo produtivo é uma mercadoria, uma mercadoria especial que transforma as matérias-primas em manufaturas, em produtos para o mercado. É a energia dos trabalhadores, no final das contas, que engorda as panças e os bolsos dos capitalistas.

Por isso é um crime que os burocratas sindicais peçam um salário mínimo inferior ao custo de 10 dias ao mês. E é duplamente criminoso que organizações que se colocam como operárias e de esquerda exijam somente um salário "possível" e não se coloquem pelo salá-

rio mínimo igual ao custo da despesa familiar.

(...) Quem reivindica um salário inferior ao seu valor está fazendo uma concessão de enorme importância para a burguesia. Talvez busquem com isso não incomodar os setores mais atrasados da classe média e de setores burgueses que considerem potenciais aliados.

(...) Este é o debate que devemos colocar para a classe operária. Qual o salário mínimo por uma jornada de 8 horas, como regulamentar todos os trabalhadores informais e como acabar com o desemprego dando emprego a todos. Além disso, é necessário discutir com a classe quais os métodos iremos utilizar para impor essas reivindicações aos patrões e seu Estado.

(...) Ao indicarmos permanentemente qual é o custo da cesta familiar, demonstramos o abismo que existe entre o que a burguesia nos paga pela nossa força de trabalho e o que ele realmente vale, para demonstrar, também nesse terreno, que é impossível reformar o capitalismo que nos empurra cada vez mais para a

miséria.

### **É mentira que não existam recursos para ajustar o salário.**

A luta por impor o salário mínimo com o valor da cesta básica familiar é vital e está indissolúvelmente ligada a necessidade de uma luta generalizada, radical, dos trabalhadores empregados e dos trabalhadores desempregados para arrancar esta reivindicação da burguesia e de seu Estado.

Neste momento, estão em curso várias negociações "paritárias" entre os patrões e a burocracia sindical, todas às costas da participação das bases operárias.

Neste momento, a partir das bases, devemos desenvolver uma campanha para impor a reivindicação central do salário mínimo. Repudiamos a todos os que reduzam essa bandeira vital, pedindo miseravelmente algumas migalhas.

(extratos do editorial do jornal "Masas" Argentino nº 185, de Setembro de 2004).

## **Bolívia: Licões da rebelião na UTO - Oruro**

A UTO volta a demonstrar que a transformação radical da escola-universidade só pode ser materializada pelo proletariado a partir do poder político.

A esquerda universitária radical da Universidade Técnica de Oruro (UTO), em cujo seio atua URUS (corrente trotskista dirigida pelo POR boliviano), se rebelou contra a profunda crise que domina o ensino no país.

Não é um fenômeno inesperado que esse movimento, que desde o primeiro momento ganhou as ruas, houvesse se ligado vigorosamente a diversos setores populares. Trata-se de um processo que se vem repetindo ininterruptamente desde a "Revolução universitária" de 1970/71.

Surpreendeu a muitos que os universitários orurenhos entregassem, desde os primeiros momentos, a solução de seus problemas aos setores populares (organizações operárias, de artesãos, de

comerciantes etc.). Devemos apontar que os problemas gerados pela autonomia universitária se ligam às contradições geradas no país. Aprendemos com os acontecimentos dos anos 70 que a solução dos problemas fundamentais da universidade somente poderão ser superados como obra da revolução social dirigida pela política comunista do proletariado.

Nem bem ganharam as ruas, os estudantes da UTO se entregaram às mãos do povo para poder desenhar o caminho para a solução dos problemas da educação superior.

Os setores reacionários da UTO, particularmente os docentes, rechaçaram a amplitude das reivindicações colocadas pelos setores revolucionários e lutam por conseguir que os problemas sejam reduzidos simplesmente aos acadêmicos, para que sejam resolvidos no interior das salas.

Querendo ou não, a solução do problema criado seguirá tendo repercussões, boas ou más, nos setores populares.

O jornal "A Pátria" de Oruro, de 1º de outubro, informa que o "Conselho Universitário aprovou o voto e o tri-governo, incorporando delegados dos sindicatos operários no governo universitário...". No dia 2 de outubro diz: "Foi desconhecido o voto e o tri-governo aprovado um dia antes por outro Conselho Universitário". Em outra parte escreve que: "Conselho Universitário reivindicou o co-governo e a reforma da UTO".

Qualquer que seja o resultado do conflito pantanoso, a lição que tiramos é a confirmação da consigna que diz:

"A Nova Universidade será a criatura da Nova Sociedade"

(Extraído do Jornal "Masas" Boliviano nº 1921, de 8 de outubro de 2004)

## Mais sobre a Universidade Técnica de Oruro (UTO)

Para Recuperar a Universidade Pública das Mãos da Reação, sob a pressão dos setores sociais que participaram da marcha de 30 de setembro, se instaurou na UTO o governo universitário tripartite onde, além dos estudantes e professores, participaram representantes operários e do Comitê Cívico Popular no Conselho Universitário.

No dia seguinte, a reação docente, junto a grupos de estudantes de Direito e Engenharia, tomaram o edifício central da UTO para desconhecer as resoluções anteriores.

Uma nova marcha convocada para 7 de outubro buscará consolidar as transformações revolucionárias.

A luta que se trava na UTO coloca o problema de saber que tipo de Universidade queremos. E a serviço de quem deve estar a Universidade.

Respondemos categoricamente que lutamos por uma universidade que

rompa os muros da escola e vá ao encontro da realidade participando diretamente do processo da produção social, forma concreta de unir a teoria e a prática como base da formação integral do estudante. Isto não será possível no marco da sociedade burguesa decadente. A universidade nova será produto da nova sociedade. Para se desenvolver, necessita se identificar com a política revolucionária dos trabalhadores e com a luta dos explorados. Por isso é plenamente pertinente que estes intervenham no governo universitário para arrancar a universidade das garras das camarilhas docentes reacionárias que são o canal para a penetração da Reforma da Educação do Banco Mundial feita para elitizar as universidades públicas, privando aos filhos dos explorados do direito que devem ter de acesso ao ensino superior. Cuidado, sem dúvida, com a burocracia sindical que é cheia de manhas e reacio-

nária. Olho nela!

Retomando as colocações da "Revolução Universitária" de 1970, sustentamos que o autogoverno universitário (autonomia), significa independência frente aos governos da burguesia, mas não com relação ao povo. Sob a ação do Poder Estudantil no governo universitário, a universidade conseguiu no passado se identificar com a luta dos explorados e permitiu o livre desenvolvimento do pensamento que foi questionador da ordem burguesa. Contrariamente, hoje, sob o domínio docente organizado em poderosas camarilhas reacionárias, a universidade foi empurrada para o terreno da reação e convertida no reino da mediocridade intelectual própria de quem defende um sistema social caduco.

*(extraído do boletim "U Abierta" da IURIS de 4 de outubro de 2004)*

## Ensinaamentos do Conflito Estudantil na UTO

Para uma correta análise da rebelião estudantil na Universidade Técnica de Oruro, que nesse momento se encontra em retrocesso, segundo informa "A Pátria", de 13 de outubro, devemos responder a seguinte pergunta: A Universidade, os estudantes, podem solucionar seus problemas à margem da evolução política das massas, particularmente do proletariado?

Para essa questão (uma das maiores referências podem ser encontradas nos acontecimentos políticos dos anos 70, que englobaram e definiram a natureza e a sorte do poder estudantil e do governo paritário docente-estudantil), a principal conclusão que não devemos esquecer: estes acontecimentos excepcionais os definiu, os impulsionou e os deteve o proletariado (vale dizer o POR), que atuou como direção política das massas radicalizadas.

No passado, já se colocou que a universidade, dirigida politicamente pela classe operária que ameaçava tomar o poder, tenha como base a unidade da te-

oria e da prática (no marco da produção social) para se transformar em uma só universidade. Essa consigna ficou como proposta teórica, que em suas linhas gerais voltou a ser enunciada durante a convulsão estudantil da UTO, mas sem contar com a direção proletária, ainda que não estiveram ausentes algumas siglas de organizações operárias e populares, mas não sua política.

Devemos realçar que o último acordo firmado pela FUL (Federação Universitária Local), o Reitor, a Federação dos Docentes, a COB, a COD (Central Operária Departamental) de Oruro e a Assembléia permanente de Direitos Humanos é contrário aos interesses dos estudantes que não obtiveram nada (alguns dirão com exceção do Congresso Universitário). Parece que não se conseguirá superar o co-governo paritário e a autonomia universitária fechada, que acaba submetendo a educação superior às decisões da burguesia e do governo de plantão.

A transformação radical das universidades é uma questão que não pode ser

adiada, sobretudo porque estamos vivendo em uma etapa de desumanização do homem, de sua transformação em uma peça das máquinas, apesar da autonomia universitária e da subvenção econômica ao ensino superior.

Por que fracassou a rebelião de parte da juventude da UTO?

Em primeiro lugar porque as massas, particularmente as operárias, não conseguiram mobilizar-se profundamente e apoderar-se das cidades, cercando as universidades. Os explorados e oprimidos não sentiram a necessidade de arrastar os estudantes, para que se convertessem no canal que lhes permitisse materializar sua política revolucionária integral.

Devemos sublinhar que contribuiu para o fracasso a enorme debilidade do marxismo-leninismo-trotskismo na região orurenha, o que impediu que se dessem respostas aos problemas emergentes da subversão estudantil.

*(Extraído do Jornal "Masas" Boliviano nº 1923, de 22 de outubro de 2004)*

# Destruição de Faluja pelo imperialismo não conterà resistência

Logo após a reeleição de George W. Bush na presidência dos Estados Unidos, as tropas de ocupação no Iraque iniciaram uma brutal ofensiva contra a cidade de Faluja, conhecida internacionalmente como símbolo da resistência iraquiana. O ataque não distinguiu alvos, a começar pelo hospital da cidade. O objetivo do ataque era a destruição do principal ponto de resistência e a captura das lideranças dos grupos responsáveis por sucessivos sequestros e mortes de reféns de países que têm apoiado a ocupação militar do Iraque pelos EUA.

O resultado foi a destruição de grande parte da cidade, morte de dezenas de soldados norte-americanos e iraquianos e de centenas de moradores da cidade. A ofensiva militar ianque fracassou em seu intento de aprisionar a militância resistente porque a população abriu as portas de suas casas para abrigar os rebeldes. E não apenas da cidade de Faluja, mas de cidades vizinhas. A grande desproporção de força militar não é suficiente para sufocar a rebelião porque as massas apóiam a resistência.

O massacre de Faluja é parte da necessidade repressiva da ocupação militar ianque. A imprensa divulgou o massacre no hospital da cidade e em uma mesquita, onde soldados norte-americanos assassinaram feridos que imploravam pela vida. O governo Bush imediatamente censurou e impediu mais informações a respeito. É preciso entender que o massacre de indefesos não é coisa de soldados insandecidos, mas é expressão da política governamental imperialista de massacre das nacionalidades. Não será possível realizar a submissão do país sem uma profunda repressão militar. A transformação do Iraque num país de governo manejado diretamente pelos EUA terá de vencer a resistência para se implantar. A realização de eleições para dar um verniz democrático à ocupação não pode se dar numa situação conflitiva generalizada pelo país.

O governo ianque não tinha em seus planos ter de enfrentar uma resistência tão empenhada. Julgava que a rejeição à ditadura de Saddam Hussein levaria a



Faluja, 15/Mov/2004

*Assassinato a sangue frio de ferido em Mesquita na cidade de Faluja, no Iraque*

um apoio popular à sua destituição. Contava que a disposição de negociar e preservar privilégios dos chefes tribais conduzisse rapidamente a um governo títere. Não esperava que se levantasse uma resistência que chegasse a expulsar

os invasores de cidades e unir tribos de rivalidade histórica. A resistência tem conseguido inclusive inviabilizar a exportação de boa parte do petróleo iraquiano, com sabotagens sistemáticas aos grandes dutos e às refinarias, tornando a ocupação ianque um fracasso em seu principal objetivo.

O principal obstáculo à resistência iraquiana é que ela se dá sob a direção de frações da feudal burguesia. Os chefes tribais, apesar de se lançarem à luta contra a ocupação, são bem suscetíveis aos acordos com os EUA para preservação de seu controle local. Dessa forma, se inviabiliza a unidade de todo o país contra a ocupação, pois cada avanço numa cidade acaba limitado pelo acordo com as tropas de ocupação e não se projeta como apoio à luta em outra cidade. As rivalidades entre as frações da feudal burguesia são utilizadas pelo imperialismo para preservar a ocupação e dividir a resistência.

As massas têm pela frente a superação desse obstáculo: têm de adquirir a independência de classe e constituir a unidade dos oprimidos contra a opressão nacional. A chave para esse caminho é a constituição do partido revolucionário.

**Adquira com o divulgador deste jornal:**

## Morte de Arafat aumentará conflitos na Palestina

Antes de ser presidente da chamada Autoridade Palestina, Iasser Arafat era a principal liderança da Organização para Libertação da Palestina (OLP), frente de correntes e partidos empenhados em acabar com a ocupação do país pelo Estado de Israel. Era também a principal figura de seu partido, o Fatah.

Nos últimos meses, estava na lista de lideranças a serem assassinadas pelo governo de Israel, como o foram os chefes do Hamas. Provavelmente, o governo Sharon era conhecedor do estado de saúde de Arafat e evitou o custo político de matá-lo com as próprias mãos, aguardando o desfecho de sua doença terminal.

A chamada Autoridade Palestina (AP) é parte da estratégia do governo ianque (na época de Clinton) para sufocar o levante das massas palestinas por sua independência. O imperialismo pretendia preservar o Estado opressor de Israel conferindo uma relativa autonomia à AP, e exigindo que cumprisse o papel de agente repressor dos movimentos emancipacionistas, a partir da formação de uma polícia palestina subordinada ao governo Arafat.

Israel nunca conseguiu realizar plenamente esse objetivo. Apesar de algumas prisões e conflitos com manifestações de rua, a polícia de Arafat não conseguiu conter as ações dos grupos nacionalistas terroristas palestinos, principalmente os atentados. Ao contrário de enfraquecer as correntes independentistas, a formação da AP e a retomada repressiva do Estado de Israel instigou os setores mais radicais e os fez crescer. O Hamas, por exemplo, ganhou expressivo apoio popular todas as vezes que convocou as massas a protestarem contra a morte de seus membros.

Por outro lado, os setores tendentes à conciliação com Israel não conseguiram progredir. A renúncia sucessiva de primeiros-ministros da AP e a crise de sucessão de Arafat indicam a dificuldade de se preservar o papel da AP de amortecedor da luta de libertação palestina.

Arafat vinha se desgastando ao longo dos últimos anos, diante da impossibilidade de conter as lutas preservando a opressão nacional. Estava confinado em seu quartel-general em Ramallah (parci-



*Manifestação anti-Israel no enterro de Arafat*

almente destruído por bombardeios), cercado por tropas do governo de Israel, impedido de se deslocar pelo próprio país. E vinha perdendo a capacidade de influenciar nos rumos das lutas das diversas correntes palestinas, até mesmo de sua própria, que também vinha realizando atentados e estava sob a mira do governo Sharon.

Sem Arafat, as correntes palestinas tendem a acentuar sua divisão. De um lado, os grupos mais radicais acentuarão sua ofensiva contra Israel; de outro, os grupos conciliadores tendem a se voltar contra os atentados e as lideranças radicais.

A crise política das correntes palestinas vem de antes da morte de Arafat e deve se desenvolver. É consequência da ofensiva geral do imperialismo no Oriente Médio, que na Palestina tem se traduzido numa onda repressiva: se concretizou na construção do muro cercado a Faixa de Gaza, na destruição de bairros inteiros de palestinos em busca de militantes, no assassinato de lideranças, etc. O fato é que o Estado de Israel não pode existir sem exercer a opressão sobre a nação palestina. A superexploração da força de trabalho dos palestinos e a extração de riquezas naturais de seus territórios são necessidades irrecusáveis do Estado de Israel. O apoio do imperialismo ianque ao Estado opressor de Isra-

el vem do fato de que constitui um enclave norte-americano no Oriente Médio. A região do Oriente Médio é estratégica para imperialismo pelo seu papel de fonte da principal matéria-prima mundial, o petróleo.

O nacionalismo palestino é expressão da feudal burguesia regional. Incapaz de fazer frente militarmente ao imperialismo, esses grupos são levados a usar do método dos atentados individuais ou de grupos. Não podem se fundamentar na ação direta de massas, pois estas lhes ultrapassariam na luta emancipatória. A ausência de um partido revolucionário que se fundamente na ação das massas as deixa nas mãos do nacionalismo burguês, que é impotente para eliminar a opressão nacional. As massas palestinas são forçadas a travar a luta nas mais difíceis condições políticas e materiais. Sem partido revolucionário não há como se desenvolver a independência política, de classe, das massas em relação às frações burguesas.

O agravamento dos conflitos favorece a construção do partido revolucionário. O apoio internacional aos movimentos palestinos é parte da luta antiimperialista em cada país, e se concretiza na construção do partido mundial da revolução socialista, que se constituirá a partir das seções em cada país.